



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

## Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina				
Título:	Reunião Ordinária N. 42				
Local:	Sala de reuniões do 4ª andar - Edifício Sede - MAPA - Brasília - DF				
Data da reunião:	01/12/2015	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00

## Pauta da Reunião

14:00 - Abertura da 42ª Reunião Ordinária e Relato sobre a viagem com a comitiva oficial da Ministra Kátia Abreu em missão empresarial para Arábia Saudita, Índia e China – Presidente da Câmara Setorial,

14:15 - Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara

- Aprovação da Ata da 41ª reunião ordinária

- Calendário de reuniões 2016

- Relato sobre a reunião com os Presidentes das câmaras para Avaliação das ações do Ministério

- Assuntos tratados na reunião anterior

- Informativo ASPAR

14:30 - Avaliação do MAPA junto aos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária sobre a evolução do Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa – Coordenador do PNEFA, Plínio Lopes

15:00 - Regulamento nº 481/2012 da União Europeia (Cota HQB 481/Cota Hilton II) - Presidente da ABIEC, Antônio Jorge Camardelli

15:45 - Apresentação sobre os standards da OIE para transporte de cargas vivas – CTBEA/SPRC, Lizie Buss

16:15 - Revisão das Normas de Sementes Forrageiras - Coordenação de Sementes e Mudanças do MAPA

16:45h - Assuntos Gerais

17:00h - Encerramento

## Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	LUIZ CLAUDIO DE SOUZA PARANHOS FERREIRA	ABCZ	PR	
2	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO		PR	
3	KEPLER EUCLIDES FILHO		PR	
4	ELOISA CARLA RODRIGUES CARREIRA	ACST/MAPA	PR	
5	GIL MARCOS DE OLIVEIRA REIS	ABEG	PR	
6	ANTONIO JORGE CAMARDELLI	ABIEC	PR	
7	CARLOS ROGERIO FRANCO FIGUEIREDO	ABIEC	PR	



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

8	PÉRICLES PESSOA SALAZAR	ABRAFRIGO	PR
9	PAULO SÉRGIO MUSTEFAGA	ABRAFRIGO	PR
10	BRUNO DE JESUS ANDRADE	ASSOCON	PR
11	RAFAEL LINHARES FERNANDES	CNA	PR
12	WANDER FERNANDES DE SOUSA	CONAB	PR
13	MAURICIO NEGREIROS VELLOSO	FAEG	PR
14	ELIANE DAS GRAÇAS MOTA SOARES DE ARAÚJO	GS1 Brasil	PR
15	VITOR LUDVIG BUMBIERIS	MF	PR
16	EMILIO CARLOS SALANI	SINDAN	PR
17	PAULO HENRIQUE PEDROZA E SILVA	SINDAN	PR
18	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	SINDIRAÇÕES	PR
19	ANNA CAROLINA FERNANDES FERREIRA ALVES	SPA/MAPA	PR
20	JOAO ANTONIO FAGUNDES SALOMAO	SPA/MAPA	PR
21	MÁRIO AUGUSTO RIBAS DO NASCIMENTO	CNM	PR
22	RODRIGO RAMOS RIZZO	SEAPI/RS	PR
23	JOSE CARLOS PIRES	SEAPI/RS	PR
24	SILVIO QUEIROZ PINHEIRO	ABCZ	CO
25	THAMIRES QUNHÃES	ABIEC	CO
26	VALÉRIA MAGALHÃES	ABRAS	CO
27	INÊZ DE PODESTÁ	ACS/MAPA	CO
28	JULIANO L. HOFFMANN	CNA	CO
29	TANIA LYRA	CNA	CO
30	CAMILA COTTA	CNA	CO
31	LIZIE BUSS	DEPROS/SPRC/MAPA	CO
32	ANDRÉ FELIPE C. P. DA SILVA	DSA	CO
33	PLÍNIO LEITE LOPES	DSA	CO
34	LUCIANA GUIRELLI	DSA	CO
35	JANAINA FLOR	FAEG	CO
36	BETTI YZABEL ARAÚJO	SDA/MAPA	CO

PR - presente / CO - convidado

### Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

### Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

### Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			
<b><u>Abertura da 42ª reunião ordinária e Relato sobre a viagem com a comitiva oficial da Ministra</u></b>			



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

### **Kátia Abreu em missão empresarial para Arábia Saudita, Índia e China – Presidente da Câmara**

**Setorial:** às quatorze horas e nove minutos do dia 01 de dezembro de 2015, na Sala de Reuniões nº 403 do Edifício Sede do MAPA, em Brasília-DF, foi aberta pelo Presidente Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne Bovina, Luiz Claudio de Souza Paranhos Ferreira, a quadragésima segunda Reunião Ordinária do colegiado. O Presidente cumprimentou e agradeceu a presença de todos e em seguida relatou sua viagem junto a Ministra Kátia Abreu em missão empresarial para Índia e China para reuniões de negócios com o setor privado e público dos dois países e disse que ficou impressionado tanto em como a Ministra conduziu as discussões com os governos dos países quanto com a iniciativa privada dos dois locais. De maneira geral, tanto indianos quanto chineses ficaram impressionados com a estrutura institucional e o potencial produtivo do Brasil na agropecuária e durante os encontros, o tema de maior preocupação foi segurança alimentar. Na pauta específica com a Índia, a importação brasileira de embriões bovinos foi novamente negociada, porém desta vez com desfecho favorável estando o contrato prestes a ser assinado pela empresa brasileira responsável. Outra pauta derivou da visita de representantes da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) ao órgão de pesquisa equivalente na Índia, com objetivo de troca de experiências tecnológicas principalmente na pecuária leiteira. Sobre a China, a pauta carne bovina obteve melhores resultados como ampliação do número de plantas frigoríficas brasileiras habilitadas.

**Aprovação da ata da reunião anterior:** colocada em apreciação, a ata da reunião anterior foi aprovada e assinada pelos membros.

**Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara:** ato contínuo, o Secretário Francisco Facundo, apresentou os informes da secretaria: I) Calendário de reuniões – ano 2016, o qual foi aprovado conforme a seguir: 43ª Reunião Ordinária – 22 de março, em Brasília; 44ª Reunião Ordinária - 07 de junho, em Brasília; 45ª Reunião Ordinária – 22 de setembro, no Rio Grande do Sul e a 46ª Reunião Ordinária – 06 de dezembro, em Brasília e todas com o horário previsto das 14h às 17h. II) Relato sobre a reunião com os Presidentes das Câmaras para avaliação das ações do Ministério: o Secretário informou que a referida reunião, foi realizada no dia 10 de novembro e dirigida pelo Sr. Márcio Lopes, Presidente da OCB, pois a Ministra estava fora do país, na Missão Empresarial para Arábia Saudita, Índia e China. Na oportunidade, foi apresentado o sistema de acompanhamento e avaliação de resultados das demandas das Câmaras – Sistema ECAR, no qual o MAPA deverá registrar todos os seus projetos e fazer o acompanhamento dos mesmos e também, serão inseridas todas as demandas das Câmaras. Este sistema está em aprimoramento e assim que sua implementação estiver concluída, pretende-se disponibilizar para acesso, primeiramente dos presidentes das câmaras e futuramente do público em geral. III) Assuntos tratados na reunião anterior: a) Norma sobre Transporte de Cargas Vivas - a Secretaria da Câmara ficou responsável por encaminhar cópia do documento que o MAPA enviou ao DENATRAN, aos membros, para análise e manifestações, para posteriormente se decidir pela devolução do processo. O documento foi enviado dia 08.10 e não recebeu manifestações contrárias. O assunto faz parte da pauta desta reunião. b) Consulta Pública PNCEBT – a Secretaria da Câmara ficou responsável de encaminhar, aos membros, a minuta de Consulta Pública, solicitando envio de contribuições ao GT responsável para consolidar e encaminhar as contribuições da câmara, até dia 05.10.2015. A C.P. foi enviada no mesmo dia da reunião (29.09), as contribuições do GT foram encaminhadas ao DSA dia 05.10. A proposta de Instrução Normativa se encontra no DSA/SDA, para posterior encaminhamento à CONJUR e a Equipe técnica está analisando as contribuições recebidas e preparando resposta àqueles que se manifestaram durante a C.P. Na sequência o técnico da Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal (CTQA/MAPA), Rodrigo Padovani representando o diretor do DSA/MAPA, comentou sobre a Proposta de Ampliação de



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Exportação de Material Genético. A proposta veio a contribuir com as ações do MAPA sobre Certificação Zoosanitária Internacional (CZI) das exportações de sêmen, embrião e bovinos vivos, auxiliando inclusive na revisão do CZI de bovinos vivos para Bolívia, recém-negociado e homologado entre MAPA e SENASAG (entidade sanitária agropecuária Boliviana). Além da Bolívia, países como Turquia e Ilhas Maurício também estão tendo CZI negociados para exportação de gado vivo brasileiro. Outra negociação em curso é o de embriões para Moçambique. Outra ação trabalhada é a simplificação dos CZI modelos que será enviado para consulta junto a CNA e ABCZ com objetivo de torna-los viáveis e operacionais. O presidente da câmara solicitou o possível aproveitamento da negociação das exportações brasileiras de carne bovina in natura para os Estados Unidos para tratar também das exportações de material genético. VI) Informativo ASPAR: finalizando os informes da Secretaria da Câmara, foi exibido arquivo elaborado pela Assessoria Parlamentar do MAPA, com o acompanhamento de projetos afetos e de interesse da cadeia produtiva da carne bovina, em trâmite no Congresso Nacional. A apresentação ficará disponível no site das Câmaras, através do link: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

### **Avaliação do MAPA junto aos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária sobre a evolução do Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa – Coordenador do PNEFA, Plínio Lopes:**

Presidente passou a oportunidade ao coordenador do PNDFSA e representante do DSA/SDA, Sr. Plínio Lopes, que apresentou um arquivo que contemplou as auditorias do MAPA junto aos serviços veterinários oficiais dos estados (SVO's) e as perspectivas de evolução do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA). Sobre as auditorias, as mesmas proporcionaram a implantação e evolução do PNEFA por meio de frequentes avaliações e recomendações aos Órgãos Estaduais de Sanidade Agropecuária (OESA) sob amparo legal via Lei 8.171 de 1991, Decreto de 5.741/2006 e Instrução Normativa 44/2015. Dentre as etapas do processo de avaliação dos SVO's são avaliadas a auditoria, a elaboração e execução do plano de ações e o acompanhamento da execução. Os 27 itens avaliados são classificados como imprescindíveis, importantes e necessários, recebendo notas de 1 a 5 com critérios de avaliação. De 2008 a 2013 os OESA tiveram em média 10 auditorias por ano, enquanto que em 2014 foram feitas duas auditorias e em 2015 apenas três. Em relação aos resultados das auditorias, cerca de 70% são avaliados por sistema de avaliação de pontos com a maioria dos SVO's apresentando pontuação final abaixo de 81 pontos, sendo considerado com qualidade mediana, visto a nota máxima de 135 pontos. Os demais 30% não tiveram essa análise de pontos e por isso não apresentam resultados. Na distribuição de pontos dos 17 estados avaliados, a maioria está com notas de 2 a 3 apresentando deficiências que comprometem a qualidade do serviço de defesa agropecuária, mesmo sendo cobrados no plano de ação, geralmente executados com atraso. Sobre a evolução do PNEFA, os estados do Amapá, Amazonas e Roraima esperam até o final de 2015 para finalizar as auditorias, não sendo possível serem reconhecidos livres de Febre Aftosa com vacinação ainda neste ano, pois aguardam também os resultados sorológicos. De maneira geral, o monitoramento sorológico da eficiência da vacinação de 2014 aponta alguns estados apresentando resultados com índices de imunidade abaixo de 80%, quando o recomendado é acima de 85%. Porém, há a possibilidade de adequação do calendário de vacinação no Norte do país, podendo suspender uma etapa, dos animais acima de 24 meses de idade. Outra novidade é a criação de um Grupo de Trabalho (via Portaria nº 80 de 27/10/2015), sob a coordenação da CGPS/DSA/SDA/MAPA para revisão do PNEFA num prazo de seis meses. Logo, a revisão será compartilhada com todo setor para a análise das considerações da iniciativa privada. Entre os produtos esperados deste GT está o Plano de ação 2016-2025, a caracterização dos sistemas produtivos (regionalização) e atualização do marco legal. O presidente da câmara solicitou informações conforme evolução do GT para atualização juntos aos membros, assim como questionou como a câmara pode





## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

ajudar nesta revisão do PNEFA, sendo respondido que o setor privado pode atuar na articulação e reivindicação junto aos governos estaduais para priorizar as ações dos OESA, procurando saber os resultados das auditorias, bem como recomendações e execuções dos planos de ações. O presidente também questionou sobre os estados que pretendem retirar a vacina: sendo respondido que o GT irá trabalhar as bases regionais para tomada de decisão conjunta. Em seguida o Assessor do Grupo Técnico de Sanidade Animal e Vegetal da CNA, Juliano Hoffmann, comentou que a Confederação recomendou ao MAPA o restabelecimento dos Circuitos Pecuários. O Sr. Plínio respondeu que o DSA reconhece essa necessidade, e que o GT irá abordar este tema, com base na situação e caracterização do PNEFA, para posterior reativação dos circuitos pecuários, ajudando na gestão das ações propostas pelas auditorias estaduais. Por fim, o representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (FAEG), Mauricio Velloso, relatou que o PNEFA está com tendência de retirada da vacina, devendo ser prioridade como política de estado diante da importância da diferença entre o declarado e o apresentado pela sorologia, sendo respondido que é de extrema urgência uma campanha maciça com capacitação especializada, alinhada entre público e privado para 2016. O arquivo da apresentação está disponível no site das Câmaras: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

### **Regulamento nº 481/2012 da União Europeia (Cota HQB 481/Cota Hilton II) – Presidente da**

**Abiec, Antônio Jorge Camardelli:** para explicar o assunto, o Presidente passou a palavra ao Sr. Antônio Camardelli que cumprimentando a todos, abordou a importância da Cota HQB 481 beneficiando toda cadeia da carne bovina e o alinhamento da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) e da Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO) sobre a Portaria de Despojos, assim como comentou sobre a agenda estratégica Brasil – União Europeia para Carne Bovina, solicitando apoio da Câmara Setorial ao pleito do setor exportador de carne bovina, representado pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), que tramita nesse Ministério, protocolado no dia 29/01/2016 sob o nº 21000.001982/2016-01, qual seja: análise da proposta de atendimento à cota prevista no Regulamento de Execução (UE) Nº 481/2012 da Comissão Europeia. Sobre a Cota HQB 481, informou que a ABIEC encaminhou proposta ao MAPA em 2012, sem resposta do Ministério e agora protocolou novo documento. A referida Cota aceita cortes de carcaças bovinas de novilhos e novilhas com até 30 meses de idade, sendo nutridos com matéria seca de pelo menos 1,4% de peso vivo. Assim a produção nacional de pecuária de corte teria condições de atender esta interessante Cota, considerando volume e receita de exportações. Em seguida, apresentou a agenda estratégica Brasil – União Europeia para Carne Bovina, comentando sobre o tão esperado reconhecimento dos estados de Rondônia, Tocantins e Distrito Federal como área habilitada para exportação, substituição da Instrução Normativa 17 pelo novo Protocolo Europa, alteração dos critérios de nutrição dos bovinos na Cota Hilton, homologação do MAPA da proposta da Cota Hilton 481 e atendimento da Cota MERCOSUL. Por fim comentou sobre a Missão Europeia prevista para chegar ao Brasil em fevereiro de 2016, para avaliação de propriedades, frigoríficos e Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC), além de comentar sobre os resultados das exportações brasileiras de carne bovina no primeiro semestre de 2015, o qual apresentou 11% de redução no número de animais abatidos, mas que considerando os animais ainda disponíveis para abate, a produção nacional promete um cenário de recordes a partir de 2016, mesmo com crise política e financeira. Em seguida, o coordenador do PNEFA/MAPA, Plínio Lopes, comentou sobre o recorrente pleito para acabar com a Zona de Alta Vigilância (ZAV), localizada na fronteira do Paraguai com Mato Grosso do Sul, informando que o PNEFA já uniformizou o calendário de vacinação contra Febre Aftosa do MS e da ZAV, bem como recomendou ao MAPA solicitar à União Europeia o reconhecimento desta área para exportação de carne bovina in natura, podendo o estado do MS se preparar para ser visitado durante a



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

missão europeia de fevereiro/2016. Segundo o técnico da Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal (CTQA/MAPA), Rodrigo Padovani, outra ação do MAPA se refere à restrição e regionalização da União Europeia para produtos termo processados e para isso solicita apoio desta câmara para referendar a reivindicação já concluída do Ministério para que a Europa desconsidere as exigências impostas para produção e trânsito de produtos processados, como por exemplo enlatados, entre áreas habilitadas e não habilitadas pela União Europeia. Na sequência, o Assessor do Grupo Técnico de Sanidade Animal e Vegetal da CNA, Juliano Hoffmann, agradece a inclusão do pleito de extinção da ZAV e solicita apoio da câmara para o funcionamento do Sistema Brasileiro de Identificação de Bovinos e Búfalos seguindo a numeração 076 da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA). Segundo Juliano, em conversa com os representantes das Federações da Agricultura e Pecuária, que participaram da última reunião da CTC-SISBOV em 13/08/2015, não há qualquer impedimento para que a nova numeração '076' entre em operação por meio da PGA, deixando a BND utilizando a numeração atual '105' até que seja aprovado o Protocolo União Europeia. A numeração 076 seria oficial e aplicável para qualquer espécie e finalidade de uso, já a 105, continuaria sendo oficial, mas servindo apenas para bovinos e búfalos e à BND. Não vemos a necessidade de modernizar a atual BND, fazendo com que a mesma utilize a numeração 076, se a BND será substituída pelo Protocolo União Europeia. Além do mais, já teríamos o novo sistema oficial brasileiro de identificação individual de bovinos e búfalos com a numeração 076, previsto no Protocolo União Europeia, testado e em operação quando sentarmos à mesa para negociação com a União Europeia. **Encaminhamento 1:** encaminhar ofício, à Ministra, contendo manifestação de apoio da Câmara Setorial e solicitando prioridade na análise da proposta de atendimento à cota prevista no Regulamento de Execução (UE) N° 481/2012 da Comissão Europeia, bem como consequentes negociações com os países potenciais importadores. **Responsáveis:** Presidente e Secretário da Câmara. **Encaminhamento 2:** encaminhar à Secretaria da câmara o material referente ao Sistema Brasileiro de Identificação de Bovinos e Búfalos mediante numeração 076 da Plataforma de Gestão Agropecuária – PGA, pra ser encaminhado aos membros do colegiado. **Responsável:** Juliano Hoffmann/CNA. Para informações detalhadas, esta apresentação completa está disponível no site das Câmaras: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

### **Apresentação sobre os standards da OIE para transporte de cargas vivas – CTBEA/SPRC, Lizie**

**Buss:** o Presidente convidou a representante da CTBEA/SPRC, qualificada acima, para sua exposição. Lizie apresentou o Standard da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) sobre transporte terrestre de cargas vivas, neste caso para bovinos de corte. Foram abordadas as peculiaridades do animal, manejo e condições de criação. Sobre o transporte, destacou a responsabilidade conjunta envolvendo o produtor, agentes de comércio, operadores do transporte e a indústria. Comentou sobre instalações como locais de recepção, assim como veículos adequados, efetivo pessoal capacitado e autoridades competentes do serviço veterinário oficial. Comentou, também, sobre a competência das pessoas envolvidas com conhecimento técnico e ações práticas que depende do perfil individual. Enfatizou também a importância do planejamento da viagem considerando duração, pluviosidade, oferta de alimento e água quando exceder 48h de viagem, qualidade específica do veículo transportador para melhor condição de transporte, espaço necessário, precauções sobre a variação térmica no transporte, entre outros. O representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (FAEG), Mauricio Velloso, oferece a Comissão Nacional de Bovinocultura de Corte da CNA para contribuir na caracterização da pecuária nacional e auxiliar na formulação do Standard de Bem Estar dos Bovinos produzidos no Brasil. O representante da Associação Brasileira dos Exportadores de Gado (ABEG), Gil Reis, comentou sobre a normatização do transporte de carga viva, que carece de melhor análise. Em resposta, Lizie esclareceu que estas normas foram trabalhadas de 2012 a 2014, por um Grupo de Trabalho que ao final foi



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

referendado por todas as câmaras setoriais do MAPA, sendo enviado posteriormente ao Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). O representante da Associação Brasileira dos Frigoríficos (ABRAFRIGO), Paulo Mustefaga, comentou que o Standard deveria considerar as peculiaridades de cada país, acrescentando que sobre as normas de transporte de carga viva, informou que naquela época a indústria não foi convidada a participar do trabalho. O técnico da Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal (CTQA/MAPA), Rodrigo Padovani esclareceu que o Standard é um norteador com recomendações genéricas e que cabe aos países membros da OIE a elaboração do seu próprio Standard, considerando ou não as citações do documento balizador, mas que contemple a legislação nacional, a exemplo das Normas de Transporte de Carga Viva já remetidas ao DENATRAN. Sra. Lizie agradeceu a oportunidade e para maiores informações, esta apresentação completa está disponível o site das Câmaras: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

**Revisão das Normas de Sementes Forrageiras – Coordenação de Sementes e Mudas do MAPA:** o Presidente convidou o Coordenador de Sementes e Mudas do MAPA, André Peralta, para explanar o assunto. Este comentou sobre a norma atual de sementes e mudas vigente, conforme Instrução Normativa 30/2008, e que diante do trabalho do MAPA em fiscalizar as empresas fornecedoras de sementes forrageiras, reconhece a necessidade de revisão da atual regulamentação, em razão dos prejuízos aos usuários destas sementes. Para isso, solicitou à CNA um posicionamento a respeito da opinião do setor produtivo sobre a elevação do grau de pureza para as sementes de pastagens do gênero *Brachiaria* e *Panicum*. Atualmente a norma preconiza grau de pureza de semente forrageira de 60% para *Brachiaria* e 40% para *Panicum*. Acontece que a maioria dos pecuaristas opta por sementes de menor valor cultural em função de melhor adaptação destas sementes nas plantadeiras de baixa tecnologia. Sobre a revisão, a nova norma elevaria o grau de pureza de semente forrageira para 80% para *Brachiaria* e 60% para *Panicum*. O MAPA entende e reconhece a situação do produtor em optar por sementes de menor grau de pureza e recomenda que o próprio pecuarista faça a mistura das sementes mais puras, com material inerte (sabugo de milho triturado, esterco, dentre outros) em suas próprias fazendas. Logo o valor cultural mínimo das sementes forrageiras sairia de 36% para *Brachiaria* e de 48% para *Panicum*. Outros pontos a serem considerados são os testes de viabilidade (condição de vida da semente) e germinação (processo inicial de crescimento de uma planta) considerando que semente forrageira é colhida em estado de dormência, onde nesta fase se avalia somente a viabilidade e que em seguida expressa germinação. Assim, a norma traria também uma elevação de grau do fator viabilidade. A título de curiosidade comentou sobre a semente revestida onde é feita uma análise unitária da semente atingindo de 90 a 95% de pureza, porém a qualidade pode diminuir dependendo do material de revestimento e da quantidade de cola utilizada num processo denominado peletização de sementes, uma barreira física que pode interferir na germinação. De fato uma semente de maior grau de pureza elevaria o custo do produtor, porém o custo/benefício deve ser bem avaliado. O MAPA comunicou que essa revisão estava programada para a safra 2015/2016, mas que foi prorrogada para a próxima safra. Concluída a exposição do André Peralta e após discussão, **decidiu-se** por aguardar o resultado da consulta que a CNA está fazendo às suas Federações estaduais, o qual será comunicado à Coordenação de Sementes para que essa dê prosseguimento ao trabalho visando a revisão da norma em comento.

**Assuntos Gerais:** o Presidente abriu a discussão para assuntos gerais, e nesse momento o Assessor do Grupo Técnico de Sanidade Animal e Vegetal da CNA, Juliano Hoffmann, comentou sobre as duas Consultas Públicas do MAPA que estão vigentes (citadas abaixo) e que trazem Artigos de impacto negativo ao setor produtivo e solicita apoio da câmara em reforçar as devidas respostas: I) Portaria MAPA 88/2015 com prazo de resposta até 06/01/2016: Projeto Instrução Normativa sobre



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Antiparasitários, que em seu Capítulo III - Da Comercialização e Uso – Artigo 4. Os produtos antiparasitários de uso veterinário só podem ser comercializados ao usuário sob prescrição de médico veterinário. II) Portaria MAPA 246/2015 com prazo de resposta até 16/01/2016: Normas para o credenciamento de entidade para realizar o treinamento em manejo pré-abate e abate de animais, quem em seu Capítulo IV – Dos Treinamentos e Certificados – Artigo 10. Os treinamentos devem ser proferidos por médicos veterinários ou zootecnistas ou biólogos capacitados em curso de bem-estar animal, promovido por entidade com reconhecimento internacional, e com experiência prática mínima comprovada de dois anos no manejo pré-abate e abate para a espécie a qual será designado a ministrar o curso. **Decisão:** o representante da CNA deverá encaminhar as mencionadas consultas públicas para a Secretaria da Câmara, para serem repassadas aos membros da Câmara. **Encaminhamento:** encaminhar as mencionadas consultas públicas aos membros da Câmara, solicitando que as contribuições sejam encaminhadas ao representante da CNA, para consolidação e encaminhamento à Secretaria da Câmara Setorial, para encaminhamento aos órgãos competentes, no prazo requerido.

**Encerramento:** vencida a pauta, o Presidente agradeceu a presença dos membros e convidados e encerrou a reunião, às dezessete horas e quarenta e três minutos, e eu, Eloisa Carla Rodrigues Carreira, lavrei esta ata, que foi revisada pelo Secretário da Câmara.

### Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------